

PUBLICAÇÃO EXPRESSA

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3012

CALENDÁRIO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

DO ESTADO BRASILEIRO

2024

Autor:

Antonio Lassance

Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos Internacionais Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e pesquisador sênior do Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento Inclusivo (*International Policy Centre for Inclusive Development - IPCid*).

Cidade:

Brasília/DF

Editora:

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano:

2024

Edição:

1ª

JEL:

H11; Z18; D72; H83.

DOI:

<http://dx.doi.org/10.38116/td3012-port>

O Ipea informa que este texto é uma publicação expressa e, portanto, não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2023

Lassance, Antonio

Calendário político-institucional do estado brasileiro 2024 (Publicação Expressa) / Antonio Lassance. – Brasília, DF: Ipea, 2024.

52 p. – (Texto para Discussão ; n. 3012).

Inclui Bibliografia.

1. Formação de Agenda. 2. Mapeamento de Atores. 3. Análise de Políticas Públicas. 4. Web Mining. 5. Information Scanning. 6. 2024. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Título.

CDD 320

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

LASSANCE, Antonio. **Calendário político-institucional do estado brasileiro 2024** (Publicação Expressa). Brasília, DF : Ipea, jun. 2024. 52 p. (Texto para Discussão, n. 3012). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3012-port>

JEL: H11; Z18; D72; H83.

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CALENDÁRIO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO: 2024 ¹

SINOPSE

Este trabalho complementa os Textos para Discussão 3011 e 3013. O objetivo comum a todos esses textos é antecipar a agenda e os eventos do calendário político-institucional do Estado brasileiro em 2024. Este Texto especificamente apresenta o calendário e serve de base empírica para a análise desenvolvida no Texto para Discussão 3013. O calendário expõe eventos mês a mês e, na maioria dos casos, com a especificação exata de acontecimentos com datas previstas com grande antecedência (desde dezembro de 2023). Este levantamento demonstra que as agendas prioritárias do Estado brasileiro são relativamente previsíveis e passíveis de serem prospectadas.

Palavra-chave: formação de agenda; mapeamento de atores; análise de políticas públicas; *web mining*; *information scanning*; 2024.

JEL: H11; Z18; D72; H83.

¹. Este Texto para Discussão é a versão preliminar de capítulo de livro (no prelo) *Brasil 2024: que agenda tem o Estado para o País*. Agradeço a Fábio de Sá e Silva, professor associado de estudos internacionais e professor Wick Cary de Estudos Brasileiros na Universidade de Oklahoma (EUA), pelas críticas e sugestões à versão original. Todas as informações, análises e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

POLITICAL-INSTITUTIONAL CALENDAR OF THE BRAZILIAN STATE: 2024

ABSTRACT

This work complements Discussion Papers 3011 and 3013. The common objective of all these texts is to anticipate the agenda and events of the political-institutional calendar of the Brazilian State for the second half of 2024. This Text specifically presents the calendar that serves as a basis empirical for the analysis, to be developed in Textos para Discussão 3013. The calendar sets out, month by month and, in most cases, with the exact specification of events with dates scheduled well in advance (since December 2023), State agendas that prove to be relatively predictable and, therefore, capable of being prospected.

Keywords: Agenda-setting; actor mapping; policy analysis; web mining; information scanning; 2024.

JEL: H11; Z18; D72; H83.

1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho complementa os Textos para Discussão 3011 e 3013. O objetivo comum a todos esses textos é antecipar a agenda e os eventos do calendário político-institucional do Estado brasileiro para o segundo semestre de 2024. O Texto para Discussão 3011 introduz o objeto, que é o de antecipar a agenda e os eventos do calendário político-institucional do Estado brasileiro, assim como expõe o problema de pesquisa, o referencial teórico e a metodologia de prospecção, enquanto este trabalho, especificamente, apresenta o calendário que serve de base empírica para a análise, a ser desenvolvida no Texto para Discussão 3013.

O calendário que se vai expor, mês a mês e, na maioria dos casos, com a especificação exata de acontecimentos com datas previstas com grande antecedência, demonstra o quanto muitas das agendas do Estado brasileiro são relativamente previsíveis e, assim, passíveis de serem prospectadas. Como as agendas de política pública estão sujeitas a uma série de fatores e contingências—essas sim, imprevisíveis—, as datas aqui estimadas de ocorrência de cada evento podem e normalmente sofrem alterações. A partir da decisão de agentes públicos que ocupam posições centrais (dirigentes), essas datas aqui registradas preliminarmente, com base nos resultados da prospecção feita até a data desta publicação, podem ter sido alteradas ou mesmo suspensas, logo após a publicação deste trabalho.

Contudo, conforme explicado no TD 3011, mais importante que a data exata no calendário político-institucional é a agenda do Estado que insuflou essa ocorrência. O calendário, portanto, é uma referência do momento (*timing*) de uma ocorrência de uma agenda. Olhar antecipadamente as ocorrências que se condensam no calendário serve para verificar se há possíveis mudanças de rumo ou, ao contrário, bloqueios à agenda de uma política.

Esta pesquisa iniciou-se ainda em dezembro de 2023. Foi possível fazer uma primeira varredura e antecipar o calendário de todo o ano seguinte. Nos primeiros meses de 2024, o trabalho foi distribuído para parecer e para críticas e sugestões de colegas do Ipea, gestores e alguns dirigentes governamentais, no sentido tanto de apresentar o trabalho quanto principalmente de recolher críticas e sugestões de aprimoramento.

O texto estava pronto para ser submetido à editoração e posterior publicação quando, em maio, sobreveio a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul. Foi empreendido então um novo trabalho de checagem e atualização de informações sobre as datas dos eventos programados e eventualmente alterados. Questões prospectadas em 2023 e já lançadas na primeira versão tiveram eventuais alterações no calendário, a posteriori. O calendário do

primeiro semestre, salvo o da segunda quinzena de junho e do mês de julho, continua prospectivo. O dos meses anteriores se tornou um calendário retrospectivo.

Questões que não haviam sido prospectadas em 2023 e ocorreram somente em 2024, extrapolando o rastreamento realizado até dezembro, foram incluídas, mas estão assinaladas em itálico no calendário. É o caso dos eventos decorrentes das enchentes de maio no Rio Grande do Sul. Essa sinalização (em itálico) demonstra o quanto a maior parte das questões levantadas prospectivamente são em maior número e estavam previamente programadas e mantiveram-se como questões presentes no calendário político-institucional. Tais informações previstas, mas atualizadas apenas em suas datas, não estão sinalizadas em itálico. Dessa forma, mesmo o calendário dos primeiros meses de 2024, que já teve seu efeito antecipatório ultrapassado, permanece útil enquanto comprovação do quanto a metodologia de varredura utilizada é válida.

2 CALENDÁRIO

Janeiro

1

- Entra em vigor a lei que estabelece a política de valorização permanente do salário mínimo. Com isso, se reinstituem os mesmos parâmetros que vigoraram até 2015: reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação positiva do PIB de dois anos antes.
- Municípios passam a receber o Fundo de Participação dos Municípios com novas alíquotas, com base nos dados do Censo de 2022. Haverá aumento na alíquota dos municípios que elevaram sua população e uma redução gradual, de 10% por ano, dos que tiveram redução².
- Os super-ricos passam a pagar impostos sobre suas operações financeiras com a nova regra de tributação de rendas sobre fundos exclusivos de investimento (que gerenciam recursos de grandes investidores) e *offshores* (investimentos que são administrados por

² Vide a Instrução Normativa - TCU 95/2024 de 21/02/2024:

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/btcu/ac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%2520%2522de%25202024%2522/%2520%2520%2520COPIASIGLAUNIDADESIGNATARIA%253A%2528%2522TCU%2522%2529%2520/DTRELEVANCIA%2520desc/1>

fundos de investimentos no exterior). Há estimativa de que o montante a ser arrecadado chegue a R\$ 13 bilhões no ano de 2024³.

8

- Ato marca um ano da tentativa de golpe contra a democracia⁴.

10

- Posse dos conselheiros tutelares para um mandato de quatro anos (2024-2028)⁵.
- Publicado o edital do concurso público nacional unificado para a contratação de servidores federais⁶. As inscrições vão de 19 de janeiro a 9 de fevereiro.

11

- Presidente Lula anuncia Ricardo Lewandowski como o novo ministro da Justiça e Segurança Pública⁷.
- Sancionada lei que institui o Plano Plurianual da União (2024/2027)⁸.

15

- Promulgada lei cria medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência em instituições de ensino⁹.
- Resolução aprova a Política Nacional de Cuidados Paliativos no âmbito do SUS¹⁰.

17

- Promulgada a lei que institui a Política de Trabalho Digno para a População em Situação de Rua¹¹.

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/senado-aprova-pl-da-taxacao-dos-fundos-exclusivos-e-offshores>

⁴ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/apos-um-ano-do-08-de-janeiro-instituicoes-celebram-a-democracia-brasileira>

⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-10/conselho-tutelar-participacao-de-eleitores-aumenta-este-ano>

⁶ <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/governo-lanca-os-editais-do-concurso-publico-nacional-unificado>

⁷ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-anuncio-de-que-ricardo-lewandowski-sera-o-novo-ministro-da-justica-e-seguranca-publica>

⁸ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.802-de-10-de-janeiro-de-2024-537000106>

⁹ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.811-de-12-de-janeiro-de-2024-537300944>

¹⁰ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-729-de-7-de-dezembro-de-2023-537307427>

¹¹ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.821-de-16-de-janeiro-de-2024-538058949>

- Promulgada a lei que cria a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares¹².

18

- Presidente Lula anuncia retomada de investimentos na refinaria *Abreu e Lima*, da Petrobras, em Ipojuca-PE¹³.

19

- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária recomenda o uso de câmeras corporais por agentes de segurança pública e de segurança e vigilância privada. A proposta passa a ser encampada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma de Projeto Nacional de Câmeras Corporais¹⁴.

22

- As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu 2024) vão dos dias 22 a 25¹⁵ e passam a adotar a nova lei de cotas, em vigor desde novembro de 2023¹⁶. O Sisu de 2024 passa a ter apenas uma edição por ano e conforme a nova regulamentação de cotas. A partir de agora, todas as pessoas inscritas no Sisu serão classificadas primeiramente para as vagas na modalidade de ampla concorrência¹⁷. Em seguida, as pessoas inscritas remanescentes serão consideradas na reserva de vagas para cotistas. No mecanismo vigente até 2023, mesmo que o cotista obtivesse pontuação suficiente para a sua aprovação na ampla concorrência, ainda assim eram contabilizadas como cotas.
- Presidente Lula lança a nova política industrial (Nova Indústria Brasil), em reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (Brasília-DF)¹⁸.

¹² <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.819-de-16-de-janeiro-de-2024-538074581>

¹³ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-em-anuncio-de-investimentos-na-refinaria-abreu-e-lima>

¹⁴ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/19.01.2024Recomendaosobreousodecmerascorporaisnasatividadesdosagentesdeseguranapblicaedeseguranaevigilancia.pdf>

¹⁵ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/inscricoes-para-sisu-e-pronunci-comecam-ainda-em-janeiro>

¹⁶ <https://www.camara.leg.br/noticias/1016535-entra-em-vigor-lei-que-atualiza-sistema-de-cotas-no-ensino-federal/>

¹⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-11/sisu-vai-aplicar-novas-regras-de-cotas-partir-da-proxima-edicao>

¹⁸ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cndi/mdic-n-4-de-22-de-janeiro-de-2024-544270043>

23

- Sancionada, com vetos, a Lei do Orçamento Anual (LOA)¹⁹.

28

- Conferência Nacional de Educação (dias 28 a 30) (MEC)²⁰.

30

- Reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central (dias 30 e 31)²¹. Dessa reunião já participam os dois novos diretores aprovados em 2023, Paulo Picchetti (diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos) e Rodrigo Alves Teixeira (Diretoria de Administração), além de Gabriel Galípolo, diretor de política monetária que já participa das reuniões do Copom desde agosto de 2023.

31

- Divulgação das Sinopses Estatísticas da Educação Básica pelo Inep²².

Ao longo do mês

- Começa a implementação do FGTS Digital²³. A expectativa é reduzir de 34 para 25 horas o tempo que as empresas gastam para o preenchimento de informações e automatizar procedimentos de concessão de benefícios.
- A Lei nº 14.601 de 19/06/2023²⁴, que transformou o Auxílio Brasil em Bolsa Família, prevê a edição de um normativo, a partir deste mês, que definirá as faixas de beneficiários e alíquotas de descontos de quem recebe o Benefício de Prestação Continuada e estará apto também a solicitar o Bolsa Família, quando houver pessoa com deficiência na família. A variação do benefício deve considerar também o grau de deficiência em questão²⁵.

¹⁹ https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.822-de-22-de-janeiro-de-2024-*-539027391

²⁰ <https://fne.mec.gov.br/noticias-fne/200-conferencia-nacional-de-educacao-2024>

²¹ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17924/nota>

²² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-02/inep-altera-cronograma-do-censo-escolar-da-educacao-basica-2023>

²³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/governo-inicia-neste-sabado-fase-de-testes-do-fgts-digital>

²⁴ <https://legis.senado.leg.br/norma/37200398>

²⁵ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/senado-aprova-medida-provisoria-do-bolsa-familia>

- Uma comissão de juristas deve apresentar propostas de atualização do Código Civil Brasileiro²⁶. As atualizações incluem sobretudo adaptações do Código ao mundo digital.
- Brics passa a ser integrado, além de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, por Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. A Argentina, também convidada a participar do bloco, declinou do convite²⁷.

Fevereiro

1

- O Supremo Tribunal Federal retorna do período de recesso. As seis sessões de julgamento previstas para fevereiro tiveram como pauta o julgamentos sobre do regime de separação de bens para de pessoas com mais de 70 anos (ARE 1309642) e as regras de revisão de aposentadorias e benefícios dos contribuintes da previdência inscritos antes de 29/11/1999 (RE 1276977) (a chamada “revisão da vida toda”)²⁸. Também estava prevista a análise das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 2943, 3309 e 3318) que podem definir os poderes de investigação criminal do Ministério Público diante de questionamentos de invasão à autonomia dos Estados e do Distrito Federal e quanto às atribuições dos Ministérios Públicos estaduais. Para o plenário virtual estão pautadas discussões de mais de 600 processos em pauta. Entre os temas previstos estão o ingresso de mulheres nas polícias militares nos estados, a concessão de benefícios fiscais sobre produtos agrotóxicos e ações penais contra pessoas denunciadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por participação nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Entre as agendas destacadas previstas para 2024 pelos ministros do STF estão: a regulamentação das redes sociais, inclusive dos aplicativos de mensagens e dos programas de inteligência artificial, e a identificação e responsabilização de grupos que atentam contra a democracia²⁹.

²⁶ <https://www12.senado.leg.br/noticias/noticias/audios/2023/12/juristas-apresentam-propostas-para-atualizacao-do-codigo-civil>

²⁷ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises>

²⁸ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=525578&ori=1>

²⁹ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/moraes-participa-de-debates-sobre-democracia-no-contexto-das-plataformas-digitais>

- Entra em vigor o dispositivo da Lei 14.520/23, que eleva o subsídio dos ministros do STF dos atuais R\$ 41.650,92 para R\$ 44.008,52. O subsídio dos ministros do Supremo é a referência de teto de remuneração do serviço público federal³⁰.
- Posse do novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski³¹.

2

- Congresso retorna de recesso (2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro)³².

5

- Dez anos da criação do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e do Instituto Nacional de Águas, ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação³³.

6

- Decreto nº 11.908/2024 institui o Programa *Brasil Saudável - Unir para Cuidar*, para erradicar a tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente³⁴.

8

- O Governo Federal disponibilizou linha de crédito emergencial para socorrer agricultores familiares que tiveram sua produção afetada pela seca que atingiu drasticamente as regiões de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene (regiões Nordeste e o Norte de Minas Gerais). A seca foi prolongada pelo fenômeno El Niño. A medida beneficia mais de 130 mil agricultores familiares. Também foi liberado o pagamento do Garantia-Safra, benefício de R\$ 1,2 mil e que pode chegar a mais de 790 mil famílias de 1.162 municípios do semiárido³⁵.

³⁰ <https://www.camara.leg.br/noticias/933771-sancionadas-leis-que-reajustam-salario-de-servidores-publicos-de-ministros-do-stf-e-de-outras-autoridades/>

³¹ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-a-posse-do-novo-ministro-da-justica-e-seguranca-publica-ricardo-lewandowski>

³² Conforme o art. 57 da Constituição Federal.

³³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12954.htm

³⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11908.htm

³⁵ <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/02/governo-anuncia-novas-acoas-para-socorrer-agricultores-que-tiveram-perdas-por-cao-da-seca>

17

- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da abertura da 37ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia³⁶.

20

- Publicada portaria de antecipação do pagamento de R\$ 11,85 bilhões em precatórios de 2024 relativos ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Esse recursos para o pagamento de decisões judiciais vão para Estados e Municípios e são destinados sobretudo a ações de valorização do magistério³⁷. Parte desse montante vai diretamente para o contracheque do professorado, enquanto outra parte será alocada na compra de equipamentos ou melhoria de instalações de escolas.

21

- Primeira reunião dos chanceleres do G20, no Rio de Janeiro-RJ (dias 21 e 22).³⁸

22

- Flávio Dino toma posse como ministro do STF³⁹.

23

- IBGE divulga as *Características dos Domicílios - Resultados do Universo*⁴⁰, do Censo de 2022.

26

- Presidente Lula lança o Programa de Democratização dos Imóveis da União para disponibilizar unidades habitacionais para a população de baixa renda.⁴¹

³⁶ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-37a-cupula-da-uniao-africana>

³⁷ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/mpo-n-41-de-19-de-fevereiro-de-2024-543718533>

³⁸ Vide o calendário completo em <https://www.g20.org/pt-br/calendario>

³⁹ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=522496&ori=1>

⁴⁰ <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=38936>

⁴¹ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.929-de-26-de-fevereiro-de-2024-545089496>

28

- Reunião ministerial da Trilha de Finanças do G20, sob a coordenação do Ministério da Fazenda do Brasil (dias 28 e 29, em São Paulo)⁴².
- Governo edita nova Medida Provisória (MP 1.208/2024) sobre benefícios fiscais a 17 setores da economia⁴³. A anterior Medida Provisória nº 1.202/2023⁴⁴, que prevê reonerar tais setores e igualar sua tributação aos demais ainda não foi revogada e tem vigência programada a partir de abril deste ano.
- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da sessão de encerramento da 46ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (Caricom, em Georgetown, Guiana)⁴⁵.
- Decreto institui a Comissão Nacional de Combate à Desertificação⁴⁶. O Brasil tem maior risco de desertificação nas regiões semiáridas (Nordeste e parte de Minas Gerais e Espírito Santo) (Brasil, 2015), mas partes devastadas da Amazônia também estão sob atenção (Abramovay, 2020; Lovejoy e Nobre, 2018).

29

- O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa da abertura da 8ª cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e do encerramento da 46ª Cúpula de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (Caricom).⁴⁷
- Portaria cria a Estratégia de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para grupo LGBTQIA+⁴⁸.
- Governo Federal inaugura Casa de Governo em Roraima. A Casa é uma estrutura permanente com a presença de órgãos federais, estaduais e municipais, de áreas como

⁴² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/brasil-anuncia-mais-de-120-eventos-preparatorios-da-cupula-do-g20>

⁴³ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/28/randolfe-projeto-de-lei-sobre-reoneracao-da-folha-deve-chegar-esta-semana#:~:text=Foi%20publicada%20nesta%20quarta%2Dfeira,%2F2023%2C%20editada%20em%20dezembro.>

⁴⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/mpv/mpv1202.htm

⁴⁵ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-na-sessao-de-encerramento-da-46a-conferencia-da-comunidade-do-caribe>

⁴⁶ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.932-de-27-de-fevereiro-de-2024-545333246>

⁴⁷ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viii-cupula-da-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac-2013-kingstown-10-de-marco-de-2024

⁴⁸ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-88-de-27-de-fevereiro-de-2024-545418500>

saúde, segurança e distribuição de alimentos, em auxílio aos Yanomami e Ye'kwana⁴⁹. Um ano após ações pontuais contra garimpeiros, o Ministério dos Povos Indígenas indica uma mudança na estratégia, em que ações emergenciais passam a ser substituídas por ações e estruturas permanentes.

Ao longo do mês

- O STF retoma sua pauta de julgamentos com questões como o regime de casamento de idosos (a regra em questão é a que impõe o regime de separação de bens no casamento de pessoas maiores de 70 anos); a chamada a “revisão da vida toda” (dos contribuintes da previdência de antes de 1999); a obrigação dos governos de prever planos de combate ao desmatamento e queimadas na Amazônia e no Pantanal; a licitude das provas obtidas mediante a revista íntima de visitantes que ingressam em estabelecimento prisional (se estariam ou não, e em que circunstâncias, resguardadas pelo princípio da intimidade e dignidade da pessoa) assim como no que se refere a provas obtidas de aparelhos celulares encontrados em local de crime e a eventual violação (se haveria ou não razão justa para a violação de sigilo das comunicações); a extensão e limites dos poderes de investigação criminal do Ministério Público, em face da autonomia dos estados e do Distrito Federal⁵⁰.
- O programa 'Voa Brasil', anunciado em janeiro, começa a ser implementado provavelmente em abril, após sucessivos adiamentos. O programa viabiliza a compra de passagens por valores até R\$ 200 e tem como público prioritário aposentados e estudantes do Programa Universidade Para Todos (Prouni), bolsistas universitários e estudantes universitários de baixa renda, com parcelamento da passagem aérea em até 12 vezes⁵¹. O impacto estimado para o setor aéreo é baixo, de cerca de 3 milhões de reais no mercado da aviação. O grande beneficiário é o setor de turismo. O Ministério de Portos e Aeroportos calcula que até 5 milhões de passagens aéreas podem ser emitidas pelo programa⁵², o que corresponde a 25% do público-alvo prioritário, que

⁴⁹ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/02/casa-de-governo-e-inaugurada-em-roraima-para-ampliar-acoes-de-protecao-aos-povos-indigenas-e-a-populacao-do-estado>

⁵⁰ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=523092&ori=1>

⁵¹ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/prouni-e-fies-dao-vantagens-no-cpnu-e-voa-brasil>

⁵² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/pacote-de-socorro-aereas-pode-chegar-r-6-bilhoes-diz-ministro>

abrange quase 22 milhões pessoas — cerca de 21 milhões de aposentados e 700 mil estudantes do do Programa Universidade para Todos⁵³.

- A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado (já instalada em 2023), que investiga o afundamento do solo em Maceió-AL (chamada de CPI da Braskem), dá início aos trabalhos⁵⁴. O objetivo da CPI é investigar as causas e responsáveis pela destruição de bairros inteiros da capital alagoana. Este é o maior desastre ambiental já ocorrido naquele Estado e um dos mais graves da história do país. Além do objeto de investigação, a CPI tem por trás também um embate entre as principais forças políticas do Estado, o presidente da Câmara, de um lado, e o senador Renan Calheiros, de outro⁵⁵.
- De fevereiro a setembro de 2024, abre-se o calendário de risco de incêndios florestais nas seguintes áreas: Paraná, as mesorregiões: Centro Ocidental Paranaense e Noroeste Paranaense; e Rio Grande do Sul, as mesorregiões: Centro Ocidental Riograndense e Metropolitana de Porto Alegre⁵⁶.
- Entra em vigor a Lei que incentiva doação de órgãos⁵⁷.
- Encerra-se o prazo para o cumprimento da determinação de fechamento dos chamados hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, que recebem pessoas com transtorno psíquico que cometeram crimes⁵⁸. A decisão atende à Resolução 487, de 2023, e disciplina a atuação do Poder Judiciário no que concerne às pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei.
- O Ministério do Meio Ambiente espera construir, ao longo do ano de 2024, um sistema nacional de dados de saneamento ambiental. Até fevereiro se espera concluir o levantamento sobre lixões existentes no país e estimar o que é necessário para erradicá-los. A compilação mais ampla sobre as áreas degradadas deve ir até maio. Até

⁵³ <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/voa-brasil-deve-oferecer-5-milhoes-de-passagens-a-r-200>.

⁵⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-12/senado-instala-cpi-para-investigar-afundamento-do-solo-em-maceio>

⁵⁵ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/13/cpi-da-braskem-e-instalada-omar-aziz-e-eleito-presidente>

⁵⁶ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/governo-define-calendario-de-areas-em-emergencia-ambiental-por-risco-de-incendios-florestais>

⁵⁷ <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/11/lei-que-incentiva-doacao-de-orgaos-comeca-a-valer-em-fevereiro>

⁵⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/19/cdh-debate-politica-antimanicomial-nesta-segunda-feira>

novembro, finalmente, deve entrar em funcionamento o Sistema Nacional de Gestão de Áreas Contaminadas, sob a governança do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente⁵⁹.

- O Senado deve analisar a regulamentação do mercado de carbono, com base no Projeto de Lei 2.148/2015, aprovado pela Câmara dos Deputados⁶⁰. O projeto cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), estabelece tetos para as emissões e define as regras para a venda de títulos de compensação. Algumas estimativas são de que o Brasil pode ser o destino de até 28% da demanda global do mercado regulado e suprir 48,7% do mercado voluntário até 2030. As receitas desse mercado são estimadas em torno de US\$ 120 bilhões⁶¹.

Março

1

- O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Kingstown (São Vicente e Granadinas)⁶².
- IBGE divulga *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*, referente ao PIB de outubro a dezembro de 2023.
- Novas regras do Programa de Fomento Rural para a inclusão social e produtiva entram em vigor.⁶³ O programa beneficia mais de 300 mil famílias, principalmente nas regiões Nordeste e Norte.⁶⁴
- Regulamentado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS Digital. Com isso, um dos principais instrumentos de proteção social torna-se um serviço digital, com redução da burocracia e aumento da transparência⁶⁵. A migração do FGTS para o

⁵⁹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/09/cma-entrega-em-dezembro-relatorio-sobre-politica-de-saneamento>

⁶⁰ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/26/senado-volta-a-debater-em-2024-regulamentacao-do-mercado-de-carbono>

⁶¹ <https://investalk.bb.com.br/noticia/como-funciona-o-mercado-de-credito-de-carbono-no-brasil>

⁶² <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-a-cupula-da-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac>

⁶³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/acompanhamento-de-familias-para-fomento-rural-e-regulamentado>

⁶⁴ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/programa-fomento-rural>

⁶⁵ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mte-n-240-de-29-de-fevereiro-de-2024-546047596>

digital é mais um exemplo do processo acelerado de digitalização do mundo do trabalho e também dos processos da administração pública.

- Tribunal Superior Eleitoral publica o conjunto de resoluções para regular o pleito de 2024⁶⁶.

2

- Dia D de Mobilização Nacional Contra a Dengue⁶⁷.

4

- 4ª Conferência Nacional de Cultura (dias 4 a 8, em Brasília-DF)⁶⁸.
- O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina proposta de projeto de lei de regulamentação do trabalho por aplicativos de transporte de pessoas⁶⁹.
- Lançamento do Relatório da Agenda Transversal Mulheres PPA 2024-2027.⁷⁰

5

- Vinte anos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, que permite a "cessão de professores e profissionais especializados da rede pública de ensino", o fornecimento de material didático e pedagógico, o "repasso de recursos para construções, reformas, ampliações e aquisição de equipamentos" e a "oferta de transporte escolar aos educandos" com deficiência⁷¹.

7

- O presidente Lula anuncia pacote de obras do Programa de Aceleração do Crescimento, nas modalidades que financiam projetos propostos e a serem executados por estados, municípios e Distrito Federal (PAC Seleções)⁷².

⁶⁶ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/eleicoes-2024-publicadas-resolucoes-do-tse-com-regras-para-o-pleito>

⁶⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2024-02/dia-d-nacional-para-combater-dengue-sera-realizado-neste-sabado>

⁶⁸ <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-abre-inscricoes-para-a-conferencia-tematica-cultura-e-os-povos-do-campo-aguas-e-florestas>

⁶⁹ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-assinatura-do-projeto-de-lei-de-regulamentacao-do-trabalho-por-aplicativos>

⁷⁰ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/03/lancamento-do-relatorio-da-agenda-transversal-mulheres-ppa-2024-2027>

⁷¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm

⁷² <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias-do-novo-pac/novo-pac-selecoes-ira-destinar-r-430-milhoes-para-obras-dos-ceus-da-cultura-e-do-patrimonio-historico>

8

- Dia Internacional da Mulher.
- IBGE divulga *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil* (3ª edição)⁷³.

12

- O presidente Lula anuncia a criação de 100 novos campi de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os investimentos, previstos no Novo PAC, são da ordem de R\$ 3,9 bilhões, tanto para a criação de novos campi quanto para a reforma de unidades atuais⁷⁴. O Nordeste é a região mais contemplada com novos Institutos, e São Paulo é o Estado com o maior número de municípios beneficiados (12 ao todo).
- O ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, inaugura Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia⁷⁵.

13

- Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe, em Brasília- DF (dias 13 a 15)⁷⁶.
- Ministra Cármen Lúcia retoma julgamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia⁷⁷.

14

- Seis anos do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

18

- O Presidente Lula realiza sua primeira reunião ministerial de 2024⁷⁸.

⁷³ <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=38990>

⁷⁴ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>

⁷⁵ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/presidente-do-tse-inaugura-centro-integrado-de-enfrentamento-a-desinformacao-e-defesa-da-democracia-nesta-terca-12>

⁷⁶ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/internacionalizacao-e-integracao-regional-sao-um-dos-eixos-da-cres-5>

⁷⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-02/relatora-no-stf-amplia-prazos-para-plano-de-protecao-da-amazonia>

⁷⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-03/falta-muito-para-se-fazer-diz-lula-ao-abrir-reuniao-ministerial>

19

- Reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central (dias 19 e 20)⁷⁹.
- Fim do prazo estabelecido pela Emenda Constitucional n° 132 para que o Poder Executivo apresente projeto de reforma da tributação da renda e de reforma sobre a tributação da folha de salários.

20

- STF julga a alegação de inconstitucionalidade do fator previdenciário em relação à aposentadoria por tempo de contribuição previdenciária⁸⁰.
- A Câmara dos Deputados aprova a redação final do substitutivo ao Projeto de Lei n° 5230/2023, que institui o Novo Ensino Médio⁸¹. A carga horária total do ensino médio permanece de 3.000 horas — 1.000 horas anuais ano (5 horas diárias em 200 dias letivos por ano). Essa carga horária é composta por 2.400 horas de formação geral básica de disciplinas obrigatórias e mais 600 horas dos itinerários formativos de livre escolha de cada estudante, a depender da oferta dada por cada escola.

21

- IBGE divulga dados do Censo Demográfico 2022: Agregados por Setores Censitários preliminares: População e domicílios⁸² e Malha de Setores Censitários preliminares⁸³.

23

- Vinte anos da criação do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira⁸⁴.

25

- Saúde antecipa vacinação contra gripe.⁸⁵
- Bicentenário da criação da Câmara dos Deputados e do Senado, previstos pela Constituição outorgada em 25 de março de 1824.

⁷⁹ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17924/nota>

⁸⁰ <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1795150>

⁸¹ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2399598>

⁸² <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>

⁸³ <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html>

⁸⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.849.htm

⁸⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-02/saude-antecipa-vacinacao-contra-gripe-campanha-comeca-em-25-de-marco>

26

- Governo inicia o pagamento da poupança para estudantes do ensino médio (de 26 até 7 de abril)⁸⁶. O programa prevê quatro tipos de incentivos: pela matrícula, pela frequência, pela participação no Enem e pela conclusão do ensino médio. O primeiro pagamento (Incentivo-Matrícula, de R\$ 200) se refere justamente à matrícula e pode beneficiar cerca de 2,4 milhões de estudantes⁸⁷ que estiverem matriculados em escolas públicas de ensino médio⁸⁸. O objetivo do programa é reduzir as altas taxas de evasão do ensino médio⁸⁹. De início, a prioridade do programa são estudantes do cadastro único de programas sociais cujas famílias recebem o Bolsa Família⁹⁰.
- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebe o presidente francês, Emmanuel Macron (dias 26 a 28)⁹¹. Na agenda, a discussão de acordos comerciais entre os dois países, projetos de proteção ambiental da Amazônia e parceria no campo militar. A visita coincide com o lançamento ao mar do submarino Tonelero (S42), de propulsão convencional (diesel e elétrica), desenvolvidos em parceria pelo Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). As questões do acordo Mercosul-União Europeia e da proposta de cessar fogo em Gaza também são pontos permanentes de discussão entre os dois presidentes.

28

- Realização de leilão para construção e manutenção de linhas de transmissão em 14 dos 26 Estados. Serão licitados 69 empreendimentos. A previsão é de investimentos da ordem de R\$ 18,2 bilhões e perspectiva de criação de 34,9 mil empregos. O leilão é o segundo maior já realizado pela ANEEL.⁹²

⁸⁶ <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/mec-anuncia-calendario-do-primeiro-pagamento-do-pe-de-meia>

⁸⁷ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-83-de-7-de-fevereiro-de-2024-542249506>

⁸⁸ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/o-que-o-estudante-deve-providenciar-para-o-pe-de-meia>

⁸⁹ <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>

⁹⁰ <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/o-que-o-estudante-deve-providenciar-para-o-pe-de-meia>

⁹¹ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-franca-emmanuel-macron-2013-belem-itaguai-rj-sao-paulo-e-brasilia-26-a-28-de-marco-de-2024

⁹² <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2024/leilao-em-marco-e-confirmado-com-previsao-r-18-2-bilhoes-em-investimentos>

31

- Sessenta anos do golpe militar de 1964 (o golpe de fato se efetivou no dia 1º de abril, quando o presidente João Goulart foi obrigado a deixar Brasília, configurando-se então sua deposição).
- Prazo final de atuação do Comando Operacional Conjunto Catrimani na proteção da Terra Indígena Yanomami (iniciada em 17 de janeiro de 2024)⁹³.
- Prazo para o encerramento da atuação da Força Nacional no Rio de Janeiro⁹⁴.

Ao longo do mês

- Entra em vigor o contrato para a gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco⁹⁵. O acordo vai definir responsabilidades no sistema de distribuição da água do rio. A União ficará responsável pelos serviços de operação, manutenção e fornecimento de água bruta aos quatro estados beneficiados (Paraíba, de Pernambuco, do Ceará e do Rio Grande do Norte), enquanto os estados arcarão com os custos de operação e manutenção de canais e adutoras internas. A ideia é garantir a sustentabilidade da obra e evitar problemas como a falta de manutenção, além de prever projetos complementares e de ampliação. Um dos objetivos é duplicar o volume de água oferecido pela integração do São Francisco.
- Petrobras passa a comercializar o diesel R5 (*diesel verde*), em São Paulo, na primeira semana de março.⁹⁶
- De março a outubro de 2024, abre-se o calendário de risco de incêndios florestais nas seguintes áreas:: Minas Gerais, as mesorregiões: Central Mineira, Noroeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba; Mato Grosso do Sul, as mesorregiões: Centro Norte de Mato Grosso do Sul e Leste de Mato Grosso do Sul; Paraná, as mesorregiões: Centro Oriental Paranaense, Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense, Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense; Rio Grande do Sul, as

⁹³ Portaria 263/2024 do Ministério da Defesa: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ajuda-humanitaria-forcas-armadas-entregarao-mais-15-mil-cestas-de-alimentos-aos-yanomam/portaria-ndeg-263.pdf>

⁹⁴ Portaria 597 do Ministério da Justiça e Segurança Pública: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mj-sp-n-597-de-26-de-janeiro-de-2024-540100809>

⁹⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/governos-criam-bases-de-acordo-sobre-transposicao-do-sao-francisco>

⁹⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/petrobras-iniciara-venda-de-diesel-verde-em-sao-paulo-no-proximo-mes>

mesorregiões: Centro Oriental Rio-grandense, Nordeste Rio-grandense e Sudeste Rio-grandense; São Paulo, as mesorregiões: São José do Rio Preto e Vale do Paraíba Paulista⁹⁷.

Abril

1º

- O presidente do Senado revogou trechos da medida provisória 1.202/2023, com entrada em vigor no dia 1º. A decisão mantém a desoneração da folha para municípios com até 156 mil habitantes. Foram mantidos trechos relativos ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), com validade prorrogada por 60 dias até deliberação do Congresso.⁹⁸
- 60 anos do golpe de 1964, que instalou uma ditadura que perdurou no país por 21 anos.
- O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabeleceu que, a partir desta data, o percentual de biodiesel adicionado ao diesel será elevado a 13%. O fomento a aquisições provenientes do Programa Selo Biocombustível Social, que beneficia o fornecimento de biodiesel pela agricultura familiar nas regiões Norte, Nordeste e Semiárido sejam de pelo menos 10% em 2024⁹⁹.

2

- 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (dias 2 a 4), em Brasília-DF.¹⁰⁰

12

- Os municípios com mais de 250 mil habitantes têm até esta data para apresentar seus planos de mobilidade urbana¹⁰¹. A lei atual prevê que os municípios sem plano aprovado não poderão receber recursos federais destinados à mobilidade urbana, a não

⁹⁷ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/governo-define-calendario-de-areas-em-emergencia-ambiental-por-risco-de-incendios-florestais>

⁹⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/01/pacheco-prorroga-mp-mas-exclui-reoneracao-de-municipios>

⁹⁹ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-473383252>

¹⁰⁰ <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/30995>

¹⁰¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/06/lei-com-mais-prazo-para-elaborar-planos-de-mobilidade-urbana-e-sancionada>

ser para justamente elaborar o próprio plano¹⁰². Os municípios com população menor do que 250 mil habitantes têm o prazo até 2025 para elaborar e entregar o plano.

14

- Vinte anos de criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que avalia a qualidade dos cursos e das entidades de educação superior no país¹⁰³.

15

- Prazo final para o presidente da República encaminhar ao Congresso Nacional sua proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

16

- Encontro de ministros da economia e presidentes de Bancos Centrais do G20 (Ministerial de Finanças, dias 16 a 18, Washington, EUA).

19

- Dia dos Povos Indígenas. A efeméride é sempre um gatilho para um balanço da situação dos indígenas. Principalmente, a situação crítica dos Yanomami e Ye'kwana deve ser visibilizada na imprensa e pelas organizações de defesa dos direitos humanos.

20

- O Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de liminar do ministro Nunes Marques, prorrogou até esta data o prazo final da carência para o pagamento da dívida de R\$ 156,57 bilhões de Minas Gerais com a União¹⁰⁴. Portanto, a partir desta data, Minas entra em situação de inadimplência, caso não aprove e implemente seu plano de recuperação financeira.
- Prazo final para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial aprovar as metas da Nova Política Industrial¹⁰⁵.

¹⁰² <https://www.camara.leg.br/noticias/1014452-camara-aprova-novo-prazo-para-municipios-elaborarem-planos-de-mobilidade-urbana>

¹⁰³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm

¹⁰⁴ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 983:

<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur485049/false>

¹⁰⁵ Resolução CNDI/MDIC nº 4, em 22/01/2024: https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/arquivos/18a-reuniao-cndi/resolucao_cndi_04_aprovacao_plano-de-acao_2023-01-22_12hs.pdf

21

- Grupo de Trabalho Bilateral sobre Cooperação Industrial na Área de Defesa promove reunião (dias 21 a 23, em Madri, Espanha)¹⁰⁶. O evento é parte da parceria estratégica do Brasil com a Espanha.

22

- O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão do julgamento de processos judiciais que discutem a constitucionalidade da Lei do Marco Temporal (Lei 14.701/2023) até que o Tribunal se manifeste definitivamente sobre o tema.¹⁰⁷

24

- O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou, ao presidente da Câmara dos Deputados, o primeiro projeto de lei complementar para regulamentar a Emenda Constitucional n° 132/2023 de tributação sobre o consumo¹⁰⁸. Os projetos de leis complementares devem definir: i) as regras do Imposto sobre Valor Adicionado dual (federal e estadual); ii) criar um conselho federativo para arbitrar questões fiscais e tributárias que incidem sobre a arrecadação e distribuição de tributos para Estados, Municípios e Distrito Federal; iii) dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional, com critérios de redistribuição de recursos com base em indicadores de desigualdade econômica e social entre os Estados; iv) estabelecer as regras para os créditos acumulados de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, necessário para a transição para o futuro Imposto sobre Bens e Serviços; v) regulamentar o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas; vi) definir a lista de produtos e setores a serem beneficiados com isenções tributárias¹⁰⁹.

25

- Em decisão liminar, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu dispositivos da Lei 14.784/2023 que desoneravam a folha de pagamento de

¹⁰⁶ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-e-declaracao-de-seguimento-da-parceria-estrategica-renovada-brasil-espanha

¹⁰⁷ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=533080&ori=1>

¹⁰⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/regulamentacao-da-reforma-tributaria-preve-aliquota-media-de-265>

¹⁰⁹ https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/arquivos/perguntas-e-respostas-reforma-tributaria_.pdf

municípios e de 17 setores. A decisão atendeu à Ação Direta de Inconstitucionalidade 7633, impetrada pelo presidente da República, que questiona dispositivos da Lei 14.784/2023.¹¹⁰

27

- Vinte anos da criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu (concebido em 2003, regulamentado pelo Decreto nº 5.055, de 27 de abril de 2004).¹¹¹

29

- Ministério da Educação paga (desta data até 6 de maio) a primeira parcela do Incentivo-Frequência de 2024 (R\$200) do programa Pé-de-Meia¹¹².

30

- O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima declarou estado de emergência ambiental em risco de incêndios florestais, entre os meses de setembro de 2023 a abril de 2024, no estado da Bahia — mesorregiões Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano e Sul Baiano — e no estado de Roraima¹¹³.

Ao longo do mês:

- Metade do contingente de policiais rodoviários federais passa a fazer uso de câmeras acopladas ao uniforme¹¹⁴. Estima-se que a tecnologia pode reduzir em mais de 50% da letalidade policial e, na mesma proporção, as reclamações sobre a conduta policial inadequada ou abusiva.
- Caso o Novo Ensino Médio não seja aprovado até o mês de abril, dificilmente as secretarias de educação dos Estados, do DF e, também, dos municípios que têm escolas de ensino médio municipalizados terão tempo hábil para planejar a inclusão das mudanças no calendário escolar de 2025¹¹⁵. A proposta aprovada na Câmara foi remetida para a apreciação do Senado Federal.

¹¹⁰ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=534157&ori=1>

¹¹¹ https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2004-2006/2004/Decreto/D5055.htm

¹¹² <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-83-de-7-de-fevereiro-de-2024-542249506>

¹¹³ Portaria GM/MMA nº 395/2023: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2023/Mar/9/para-conhecimento-geral/republicacao-portaria-no-395-de-3-de-marco-de-2023-declara-estado-de-emergencia-ambiental-em-risco>

¹¹⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/policiais-rodoviaros-federais-usarao-cameras-partir-de-2024>

¹¹⁵ <https://www.poder360.com.br/educacao/novo-ensino-medio-tem-dias-para-ser-aprovado-e-vigorar-em-2025>

- O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) suspende a vacinação contra a febre aftosa em mais sete estados, a partir deste mês¹¹⁶. Com isso, o país amplia as zonas com status de livres da febre aftosa sem vacinação, o que é uma garantia para a exportação de bovinos desses Estados¹¹⁷.
- O STF deve concluir ao longo do mês mais de 146 ações penais contra participantes dos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, que destruíram instalações do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal¹¹⁸.
- Até este mês, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado deve analisar e votar proposta (PLP 112/2021)¹¹⁹ de um novo Código Eleitoral. O relator, senador Marcelo Castro, MDB-PI, já apresentou seu relatório aos líderes partidários, em março, e antecipou que a ideia é unificar todo o regramento eleitoral, inclusive as resoluções da Justiça Eleitoral. O novo código incluiria o fim da reeleição para os cargos de presidente da República, governadores e prefeitos. A proposta é que esses cargos sejam de um único mandato de cinco anos, ao invés dos quatro atuais. Essas mudanças demandam emendas à Constituição. Em paralelo também se cogita unificar as eleições presidenciais e de governadores com as de prefeitos e vereadores, que teriam a mesma periodicidade. As alterações no Código também abarcam questões como a inelegibilidade de condenados pela Ficha Limpa (hoje em oito anos) e a quarentena para candidatos integrantes do Ministério Público, magistrados, militares das forças armadas, policiais civis e militares e guardas municipais. O novo Código é uma das prioridades anunciadas pelo presidente do Senado¹²⁰.
- De abril a novembro de 2024, abre-se o calendário de risco de incêndios florestais nas seguintes regiões: Acre; Amazonas, a mesorregião Sul Amazonense; Bahia, as mesorregiões: Extremo Oeste Baiano e Vale São Franciscano da Bahia; Distrito Federal; Goiás; Minas Gerais, as mesorregiões: Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Norte de Minas, Oeste de Minas, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata; Campo das Vertentes; Mato Grosso, as mesorregiões: Sudoeste Mato-grossense, Nordeste Mato-grossense, Sudeste Mato-grossense e Norte Mato-

¹¹⁶ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/vacinacao-contra-febre-aftosa-sera-suspensa-em-mais-sete-estados-a-partir-de-2024>

¹¹⁷ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/noticias/alkmin-e-favaro-anunciam-fim-da-vacinacao-para-febre-aftosa-em-todo-o-pais>

¹¹⁸ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=523977&ori=1>

¹¹⁹ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/149849>

¹²⁰ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/01/mandatos-no-stf-e-fim-da-reeleicao-no-executivo-serao-votados-em-2024>

grossense; Paraná, a mesorregião Metropolitana de Curitiba; Piauí, a mesorregião Sudeste Piauiense; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul, a mesorregião Noroeste Rio-grandense; e Tocantins. Há alertas de que a seca nas regiões Norte e Nordeste pode ser ainda mais severa do que a vivida em 2024¹²¹.

Maio

1º

- Dia Internacional das Trabalhadoras e Trabalhadores.
- Entra em vigor a política de valorização do salário mínimo para 2024, com reajustes calculados pela soma da inflação mais a média da variação do PIB dos últimos dois anos¹²².

2

- *O presidente Lula desembarca em Santa Maria e determina a criação de postos de comando no Estado do Rio Grande do Sul para as ações emergenciais e de resgate, em apoio ao governo estadual e às prefeituras¹²³. As enchentes provocaram o que é considerado o pior desastre climático já sofrido pelo Rio Grande do Sul¹²⁴.*

3

- *Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos suspende a realização do Concurso Público Nacional Unificado, em função das enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul. A data inicialmente prevista era 5 de maio.*

O concurso foi autorizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para ser realizado em cerca de 220 cidades brasileiras. A expectativa é de preenchimento de mais de 6.600 vagas no serviço público federal.¹²⁵

¹²¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2024-05/amazonas-pode-ter-seca-mais-severa-em-2024>

¹²² Decreto nº 11.864/2023: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11864.htm

¹²³ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/05/em-santa-maria-rs-lula-determina-foco-24-horas-por-dia-no-socorro-aos-gauchos>

¹²⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/mortes-no-rio-grande-do-sul-aumentam-para-151>

¹²⁵ <https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/sobre-ans/concurso-publico-nacional-unificado-mgi-adia-provas-de-5-05>

5

- Vinte anos da criação do Sistema Brasileiro de Museus¹²⁶.
- *Aberta a consulta pública para a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil. O Plano é elaborado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, sob os seguintes eixos: mecanismos para parcerias e instrumentos de cooperação; capacitação em gestão de riscos e de desastres; ações e iniciativas de difusão do Plano.*¹²⁷

6

- *Presidente da República envia ao Congresso projeto de decreto (transformado em decreto legislativo) para a decretação de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul e liberação de R\$ 1,06 bilhão em emendas parlamentares para a região*¹²⁸.
- Entra em vigor a Lei nº 14.721/2023, que obriga hospitais e outras unidades de saúde, sejam eles públicos ou privados, a prestarem assistência e orientação quanto às questões saúde mental de gestantes¹²⁹.

7

- Reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central (dias 7 e 8).
- II Encontro Nacional de Inovação e Empreendedorismo na Educação Profissional e Tecnológica (dias 07 a 09), em Brasília/DF.¹³⁰

8

- 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (dias 8 a 12).

9

- O Congresso pode deliberar sobre vetos presidenciais, entre eles o de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão na Lei Orçamentária Anual¹³¹, e o veto parcial à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que impõe cronograma obrigatório de emendas

¹²⁶ https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2004-2006/2004/Decreto/D5264.htm

¹²⁷ <https://www.gov.br/participamaisbrasil/elaboracao-do-primeiro-plano-nacional-de-protecao-e-defesa-civil3>

¹²⁸ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/05/presidente-envia-ao-congresso-projeto-de-decreto-para-acelerar-envio-de-recursos-ao-rio-grande-do-sul>

¹²⁹ <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-11-08;14721>

¹³⁰ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/eventos/inovept>

¹³¹ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/16329>

parlamentares pelo governo¹³². Outros vetos parciais são à lei da saída temporária dos presos (Veto 8/2024¹³³ à Lei 14.843, de 2024), à Lei Geral do Esporte (Veto 14/2023¹³⁴ à Lei 14.597, de 2023), e à lei de regulamentação das apostas esportivas digitais (as chamadas *bets*: Veto 49/2023¹³⁵ à Lei 14.790, de 2023). Também estão na pauta de votação a proposta de alteração das metas do arcabouço fiscal (Lei Complementar 200, de 2023) que prevê déficit zero para 2025 (não mais para 2024) e a lei que reinstalou o seguro obrigatório para veículos terrestres (SPVAT). A pauta ainda inclui trechos rejeitados no governo anterior e que seguem pendentes de deliberação do Congresso¹³⁶. o projeto também trata do bloqueio de dotações orçamentárias discricionárias abrangidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para viabilizar o cumprimento dos limites estabelecidos no arcabouço fiscal.

10

- Inep divulga indicadores de rendimento escolar de estudantes das escolas públicas¹³⁷.

12

- O Comitê da ONU contra a Tortura solicitou que o Brasil forneça, até esta data, informações sobre as providências adotadas para: acabar com a prática rotineira de uso de força letal praticada por agentes policiais e militares; eliminar a superlotação dos presídios e demais centros de detenção; avançar no sistema de justiça juvenil de forma a promover alternativas à detenção, limitando esse recurso a situações graves; criar mecanismos de prevenção à tortura em todos os Estados da Federação¹³⁸.

¹³² <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/16249>

¹³³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/Msg/Vep/VEP-0273-23.htm

¹³⁴ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/15729>

¹³⁵ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/16269>

¹³⁶ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/03/congresso-tem-sessao-nesta-quinta-feira-para-analise-de-vetos-presidenciais>

¹³⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-02/inep-altera-cronograma-do-censo-escolar-da-educacao-basica-2023>

¹³⁸ <https://www.conectas.org/noticias/as-recomendacoes-da-onu-para-combater-a-tortura-no-brasil/>

13

- *Presidente Lula anuncia um conjunto de medidas de apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul. Entre as várias medidas, está a suspensão da dívida do Estado com a União, pelos próximos três anos.*¹³⁹

15

- *O Conselho de Administração da Petrobras aprovou o fim antecipado do mandato do então presidente, Jean Paul Prates.*

20

- Vinte anos de criação do Farmácia Popular do Brasil¹⁴⁰.
- Prazo para o encerramento do Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - *Desenrola Brasil*¹⁴¹. O programa possibilitou a adesão a programas de regularização de dívidas, com condições especiais de pagamento ou refinanciamento. O programa destina-se a pessoas físicas com dívidas de até R\$ 20 mil, inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou aquelas com renda de até dois salários mínimos. Até esta data, 15 milhões de pessoas dessa faixa de renda aderiram ao programa e renegociaram mais de R\$ 52 bilhões em dívidas. A média de descontos foi de 83%¹⁴². O número de inadimplentes caiu 8,7% entre o público prioritário do programa¹⁴³.

22

- Senado aprova a prorrogação da lei de cotas por mais dez anos¹⁴⁴. O projeto também amplia para 30% a reserva de vagas em concursos públicos para pretos, pardos,

¹³⁹ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/e-um-compromisso-nosso-deixar-o-rio-grande-do-sul-como-era-antes-da-chuva-diz-lula-em-reuniao-ministerial>

¹⁴⁰ https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2004-2006/2004/Decreto/D5090.htm

¹⁴¹ O programa foi instituído pela Medida Provisória 1199/2023: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1199.htm e prorrogado pela Medida Provisória (MP) nº 1.211/2024. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.211-de-27-de-marco-de-2024-550901653>

¹⁴² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/prazo-de-adesao-ao-desenrola-brasil-nao-e-prorrogado-informa-fazenda#:~:text=O%20Ministério%20da%20Fazenda%20informou,60%20dias%20não%20significa%20a>

¹⁴³ Censo do programa *Desenrola Brasil*. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/2024/maio/centso-desenrola-21052024.pdf/@download/file>

¹⁴⁴ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/22/senado-aprova-renovacao-de-cotas-raciais-no-servico-publico>

indígenas e quilombolas¹⁴⁵. A Lei 12.990 (lei de cotas), de 2014¹⁴⁶, estabeleceu cotas para negros em concursos (de 20% das vagas). O prazo de vigência estabelecido pela lei é 9 de junho deste ano. Tramita no Senado proposta que prorroga esse prazo por mais 25 anos¹⁴⁷. O projeto também amplia as cotas para abranger indígenas e quilombolas.

- *O ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, solicitou informações a autoridades do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a análise de ação de inconstitucionalidade da Lei 16.111/2024, que flexibiliza regras do Código Ambiental do estado, permitindo a supressão de vegetação nativa em áreas de preservação permanente, entre outras medidas*¹⁴⁸.

24

- *A Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública notificou 20 operadoras de planos de saúde pelo cancelamento unilateral de contratos, principalmente de pessoas acometidas de doenças graves e idosas*¹⁴⁹. *O desempenho econômico-financeiro do setor em 2023 revela uma tendência de recuperação em relação ao período de pandemia e uma menor concentração do setor*¹⁵⁰. *Após a decisão da Secretaria, o tema escalou e desdobrou-se em agenda do Congresso. O próprio presidente da Câmara dos Deputados avocou a prioridade para que a Casa aprove um substitutivo aos 270 projetos para a atualização da Lei dos Planos de Saúde*¹⁵¹. *A proposta visa proibir que as operadoras de planos de saúde tenham poder de rescisão unilateral dos contratos (como atualmente é permitido), regule os reajustes e que haja um prontuário único para a cobertura e remuneração dos serviços prestados por hospitais, clínicas e laboratórios do sistema suplementar*

¹⁴⁵ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148596>

¹⁴⁶ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm

¹⁴⁷ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/15/cdh-aprova-prorrogacao-de-cotas-para-negros-em-concursos>

¹⁴⁸ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=539237&ori=1>

¹⁴⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-05/ministerio-da-justica-notifica-20-planos-de-saude-por-cancelamentos>

¹⁵⁰ Agência Nacional de Saúde Suplementar. Painel Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaWJkYmE0ODBlLTRmYTctNDJmNC1iYmEzLTBmYjEzNmYmU1ZiJ9>

¹⁵¹ <https://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1998/lei-9656-3-junho-1998-353439-norma-pl.html>

ao Sistema Único de Saúde. A agenda inclui ainda a criação de um fundo para a cobertura do tratamento de doenças raras.¹⁵²

- Conselho de Administração da Petrobras aprova a indicação de Magda Chambriard para a presidência da estatal, que substitui Jean Paul Prates¹⁵³.

25

- Bicentenário de criação do Senado (Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824)¹⁵⁴.
- O ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, prorrogou a vigência da Lei de Cotas até que o Congresso Nacional conclua o processo legislativo sobre a matéria. A decisão liminar será submetida ao plenário da Côrte¹⁵⁵.

27

- A 77ª Assembleia Mundial de Saúde, em Genebra, Suíça, deve aprovar novo Regulamento Sanitário Internacional¹⁵⁶. A proposta de acordo quer estabelecer, por exemplo, que em situações de pandemia haja garantias básicas de acesso equitativo aos medicamentos, como vacinas, e fornecimento de equipamentos¹⁵⁷.

31

- Grupo de Trabalho Interministerial para atualização da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa deve concluir seus trabalhos até esta data¹⁵⁸.

¹⁵² <https://www.camara.leg.br/noticias/1066868-lira-diz-que-cancelamentos-de-planos-de-saude-por-doencas-serao-suspensos/>

¹⁵³ <https://agencia.petrobras.com.br/w/institucional/conselho-de-administracao-aprova-a-eleicao-da-nova-presidente-da-petrobras>

¹⁵⁴ <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=COI&numero=&ano=1824&ato=1db0TPn5UMBRVT9c5>

¹⁵⁵ <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI7.654MC2.pdf>

¹⁵⁶ <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/3319-fsm-2024-conselho-incentiva-mobilizacao-para-que-participacao-social-em-saude-se-torne-resolucao-da-oms>

¹⁵⁷ <https://www.camara.leg.br/noticias/1014392-diretor-da-opas-aponta-liceos-da-pandemia-e-providencias-para-proximas-emergencias-sanitarias/>

¹⁵⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11720.htm

Ao longo do mês

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome deve lançar a Política Nacional de Cuidados¹⁵⁹. A política é de responsabilidade da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família daquele ministério.
- O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, prevê que o governo federal pode fechar uma proposta de pacote para financiar companhias aéreas.¹⁶⁰
- O Governo federal definirá as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre veículos para incentivar a mobilidade com maior sustentabilidade.¹⁶¹
- Banco Central dá início à primeira fase de testes do Drex, moeda equivalente ao real, mas virtual¹⁶². A estimativa é de que o Drex esteja em uso a partir do fim de 2024 ou início de 2025.
- O Ministério da Fazenda deve receber relatório do grupo de trabalho criado para propor reformas microeconômicas financeiras. As medidas objetivam aperfeiçoar a tributação de produtos financeiros, para trazer mais simplicidade, neutralidade e eficiência ao mercado brasileiro, com o potencial de atrair investimentos ao País¹⁶³.
- De maio a dezembro de 2024, abre-se o calendário de risco de incêndios florestais nas seguintes regiões: Amapá, a mesorregião Norte do Amapá; Amazonas, as mesorregiões: Centro Amazonense e Sudoeste Amazonense; Bahia, a mesorregião Vale São Franciscano da Bahia; Ceará, a mesorregião Jaguaribe; Mato Grosso do Sul, as mesorregiões: Pantanaís de Mato Grosso do Sul e Sudoeste de Mato Grosso do Sul; Maranhão, as mesorregiões: Centro Maranhense, Leste Maranhense, Norte Maranhense e Sul Maranhense; Mato Grosso, a mesorregião Centro-Sul Mato-grossense; Pará, as mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajá, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense; Paraná, a mesorregião: Centro-Sul Paranaense; Piauí, as mesorregiões: Centro-Norte Piauiense, Norte Piauiense e Sudoeste Piauiense;

¹⁵⁹ <https://www.camara.leg.br/noticias/1020936-debatedores-cobram-politica-nacional-de-cuidados-para-idosos>

¹⁶⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/pacote-de-socorro-aereas-pode-chegar-r-6-bilhoes-diz-ministro>

¹⁶¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/02/medida-provisoria-cria-o-programa-mover-para-descarbonizar-veiculos-brasileiros>

¹⁶² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/primeira-fase-do-drex-atrasa-e-so-terminara-em-maio-de-2024>

¹⁶³ https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/atoms/files/agenda_-_sre.pdf

Rio Grande do Sul, a mesorregião Sudoeste Rio-grandense; Rondônia, as mesorregiões: Leste Rondoniense e Madeira-Guaporé; e Distrito Federal¹⁶⁴.

Junho

- Plano Nacional de Educação perde vigência em junho. O governo pode apresentar novo Plano (para o decênio 2024-2034) a tempo de cumprir esse prazo, com base em proposta discutida pelo Conselho Nacional de Educação. Ao mesmo tempo, tramita no Congresso proposta para que o plano atual seja prorrogado até 2028¹⁶⁵. *A Comissão de Educação e Cultura do Senado votou (maio de 2024) favoravelmente à prorrogação do plano atual até 31 de dezembro de 2028*¹⁶⁶.
- Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária¹⁶⁷.
- O Grupo de Trabalho (GT) sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência (instituído pelo Decreto Presidencial 11.487, de 2023, junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) deve apresentar relatório para aperfeiçoar a legislação que garante direitos e benefícios para as pessoas com deficiência no Brasil¹⁶⁸. Atualmente, a lei não esclarece a gradação das deficiências — não distingue pessoas com deficiência leve, moderada ou grave. Disso resultam ineficiências na alocação de recursos que prejudicam as pessoas com maior grau de deficiência.

1

- O Ministério do Trabalho e Emprego revogou a portaria 3.566/2023¹⁶⁹, que reinstalou o requisito de acordo coletivo prévio, entre patrões e trabalhadores, para se permitir o trabalho do comércio em dias de feriado. No entanto, a nova portaria, que novamente extingue essa necessidade, só voltará a ter validade a partir de junho de 2024.¹⁷⁰

¹⁶⁴ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/governo-define-calendario-de-areas-em-emergencia-ambiental-por-risco-de-incendios-florestais>

¹⁶⁵ <https://www12.senado.leg.br/noticias/noticias/audios/2023/12/plano-nacional-de-educacao-pode-ser-prorrogado-ate-2028>

¹⁶⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-05/comissao-adia-avaliacao-de-projeto-que-prorroga-pne>

¹⁶⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-10/governo-reinstala-conselho-nacional-de-economia-solidaria>

¹⁶⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/27/falta-de-clareza-sobre-deficiencias-prejudica-cidadaos-aponta-debate>

¹⁶⁹ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mte-n-3.665-de-13-de-novembro-de-2023-522874590>

¹⁷⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/governo-adia-por-3-meses-portaria-sobre-trabalho-aos-feriados>

3

- Ministra Cármen Lúcia é empossada presidenta do Tribunal Superior Eleitoral para o próximo biênio¹⁷¹.

4

- Olimpíada Brasileira de Matemática (19ª edição). A Olimpíada ocorre em duas fases: a primeira, dia 4 de junho, e a segunda fase, em 19 de outubro. A premiação está prevista para 20 de dezembro. Mais de 18 milhões de estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio devem participar¹⁷².
- Termina o prazo de emprego das Forças Armadas nas operações de segurança em portos e aeroportos por meio da Garantia da Lei e da Ordem (Decreto nº 11.765¹⁷³), nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. As operações se concentraram nos aeroportos de Guarulhos-SP e Galeão (Rio de Janeiro-RJ) e nos portos de Santos-SP, Rio de Janeiro-RJ e Itaguaí-RJ. Iniciadas em novembro de 2023, as ações foram sucessivamente prorrogadas. O balanço apresentado no mês de maio é de 172,3 toneladas de drogas; 282 armas e 11 mil munições apreendidas¹⁷⁴.
- 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (dias 4 a 6, Brasília)¹⁷⁵.
- IBGE divulga dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (PIB). Período de referência: 1/2024 a 3/2024¹⁷⁶.

6

- *A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realiza leilão para a compra de arroz para garantir estoque para abastecimento e regulação do preço do cereal no país. O edital prevê a entrega do produto até o dia 8 de setembro*¹⁷⁷.

¹⁷¹ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Maio/carmen-lucia-e-nunes-marques-serao-empossados-presidente-e-vice-do-tse-na-segunda-3>

¹⁷² <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/02/inscricoes-abertas-para-a-19a-obmep-2024>

¹⁷³ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.765-de-1-de-novembro-de-2023-520494812>

¹⁷⁴ <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/glo-em-portos-e-aeroportos-e-prorrogada-pelo-presidente-lula-por-30-dias>

¹⁷⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11596.htm

¹⁷⁶ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>

¹⁷⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/governo-marca-leilao-de-compra-de-arroz-importado-para-6-de-junho>

7

- 2ª Conferência Nacional sobre Migrações, Refúgio e Apatridia (dias 7 a 9), em Brasília-DF. A conferência apresentará subsídios para a elaboração do I Plano Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.¹⁷⁸

11

- Vinte anos da criação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar¹⁷⁹.
- *II Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para as Mulheres*¹⁸⁰.

12

- *Deve ir a plenário a proposta que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativo.*¹⁸¹

14

- Divulgação do resultado do edital do programa Rouanet nas Favelas, ação afirmativa que visa aumentar os recursos destinados à cultura nas áreas periféricas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.¹⁸²

17

- Prazo final para o envio dos projetos de lei complementar previstos na Emenda Constitucional nº 132/2023 (180 dias após a promulgação). A equipe econômica anunciou a intenção de antecipar esse encaminhamento ao Congresso.

18

- Reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central (dias 18 e 19)¹⁸³.

¹⁷⁸ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/2a-comigrar-conferencias-sobre-migracoes-refugio-e-apatridia-estao-com-inscricoes-abertas>

¹⁷⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.881.htm

¹⁸⁰ <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/abril/inscricoes-abertas-para-o-ii-forum-nacional-de-gestoras-de-politicas-para-as-mulheres>

¹⁸¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/regulamentar-inteligencia-artificial-e-essencial-para-manter-empregos>

¹⁸² <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/inscricoes-para-programa-rouanet-nas-favelas-terminam-nesta-sexta-01-de-marco-de-2024>

¹⁸³ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17924/nota>

28

- Congresso derruba veto ao Projeto de Lei nº 2.253¹⁸⁴, que altera a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 1984¹⁸⁵), e proíbe as saídas temporárias ("saidinhas") de presos do regime semiaberto para visita às suas famílias. As saídas temporárias continuam permitidas, a partir de agora (não abrangendo as pessoas atualmente em regime de privação de liberdade), apenas a presos do regime semiaberto que trabalhem ou estudem¹⁸⁶.
- Câmara dos Deputados aprova projeto que cria taxa para produtos importados de até 50 dólares¹⁸⁷. A proposta segue para apreciação do Senado Federal.

30

- O Congresso havia previsto que as emendas impositivas individuais, de bancada estadual ou de comissão para áreas da saúde e assistência social deverão ser pagas até esta data por meio de repasses diretos e automáticos da União a Estados, Municípios e DF. O presidente Lula vetou essa disposição, que será novamente levada à decisão do Congresso, que pode derrubar o veto¹⁸⁸.

Ao longo do mês:

- O Plano Safra deve injetar, até este mês, R\$ 364,22 bilhões em financiamento a médios e grandes produtores rurais. O valor é quase 30% superior ao disponibilizado em 2023 (R\$ 287,16 bilhões)¹⁸⁹.
- As negociações do acordo comercial entre os países do Mercosul e a União Europeia podem ser retomadas, após as eleições para o Parlamento Europeu, que ocorrem de 6 a 9 de junho.
- De junho deste ano a janeiro de 2025, abre-se o calendário de risco de incêndios florestais nas seguintes áreas: mesorregião Sul do Amapá; Centro Norte e Centro Sul

¹⁸⁴

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=493361&fichaAmigavel=nao>

¹⁸⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

¹⁸⁶ <https://www.camara.leg.br/noticias/1067009-CONGRESSO-REJEITA-VETO-DE-LULA-E-PROIBE-SAIDINHAS-DE-PRESOS-DO-REGIME-SEMIABERTO-PARA-VISITAR-SUAS-FAMILIAS>

¹⁸⁷ <https://www.camara.leg.br/noticias/1067125-camara-aprova-incentivo-para-descarbonizar-producao-de-veiculos-e-cria-taxa-para-produtos-importados-de-ate-50-dolares/>

¹⁸⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/14/comissao-mista-de-orcamento-aprova-relatorio-final-da-ldo-de-2024>

¹⁸⁹ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/06/presidente-anuncia-plano-safra-2023-2024-com-financiamento-de-r-364-22-bilhoes>

Baiano; Centro-Sul Cearense, região metropolitana de Fortaleza, Norte Cearense, Sertões Cearenses e Sul Cearense; Oeste Maranhense; mesorregiões metropolitana de Belém e Nordeste Paraense; Sertão Pernambucano e São Francisco Pernambucano; no Estado de São Paulo, Bauru, Campinas, Itapetininga, Litoral Sul Paulista, região metropolitana de São Paulo, Araçatuba, Araraquara, Assis, Macro Metropolitana Paulista, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente e Ribeirão Preto¹⁹⁰.

Julho

6

- A partir desta data, em função dos pleitos eleitorais municipais deste ano, ficam vedadas nomeações, exonerações, contratações e a participação de autoridades na inauguração de obras públicas¹⁹¹.

9

- Vinte anos da criação do programa Bolsa-Atleta¹⁹².

11

- II Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para as Mulheres (Brasília, dias 11 e 12)¹⁹³.

14

- 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (dias 14 a 17).¹⁹⁴
- Dia Nacional de Combate à Tortura¹⁹⁵.

16

- Governo Federal publica Medida Provisória nº 1.220, de 15 de maio de 2024¹⁹⁶, que cria a Secretaria Extraordinária da Presidência da República para apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul. Conjuntamente, foi publicada a Medida Provisória 1.219/2024,

¹⁹⁰ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/governo-define-calendario-de-areas-em-emergencia-ambiental-por-risco-de-incendios-florestais>

¹⁹¹ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/calendario-eleitoral-confirma-as-principais-datas-das-eleicoes-municipais-de-2024>

¹⁹² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2004/2006/2004/Lei/L10.891.htm

¹⁹³ <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/abril/inscricoes-abertas-para-o-ii-forum-nacional-de-gestoras-de-politicas-para-as-mulheres>

¹⁹⁴ <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/49521>

¹⁹⁵ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.797-de-5-de-janeiro-de-2024-536211086>

¹⁹⁶ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.220-de-15-de-maio-de-2024-559854934>

que define o apoio financeiro às famílias desalojadas ou desabrigadas em municípios gaúchos em estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal¹⁹⁷.

17

- Prazo final para o Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional sua proposta de atualização da Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional¹⁹⁸.
- Prazo final o Congresso Nacional apreciar, votar e devolver o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 para a sanção ou veto presidencial.

20

- Início do prazo (até 5 de agosto) para que partidos e federações realizem convenções partidárias para definir coligações e suas candidaturas aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador¹⁹⁹.

22

- Dez anos de criação da Política Nacional de Cultura Viva, responsável pela implantação dos Pontos de Cultura pelo País²⁰⁰.

27

- Prazo para que o grupo de trabalho para elaboração de estratégias para o enfrentamento à violência política contra mulheres lésbicas, bissexuais, trans/travestis entregue seu relatório com propostas de ações. O prazo pode ainda ser prorrogado por mais 180 dias²⁰¹.

¹⁹⁷ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.219-de-15-maio-de-2024-559876779>

¹⁹⁸ Conforme estabelecido pelas Leis Complementares nº 97/1999 e nº 136/2010, o Poder Executivo deve encaminhar essas atualizações para a apreciação do Congresso Nacional, "na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012": https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm

¹⁹⁹ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/calendario-eleitoral-confira-as-principais-datas-das-eleicoes-municipais-de-2024>

²⁰⁰ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm

²⁰¹ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-13-de-29-de-janeiro-de-2024-540356600>

28

- Eleições presidenciais na Venezuela²⁰². O Brasil tem tradicionalmente atuado como mediador da crise venezuelana, além de ser o sexto país que mais recebeu refugiados daquele país, atrás de Colômbia, Peru, Chile, Equador e Argentina²⁰³.

30

- Reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central (dias 30 e 31)²⁰⁴.

Ao longo do mês:

- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (em Brasília, em data ainda a ser definida)²⁰⁵.
- O Brasil divulga seu Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tem como propósito mostrar os avanços e entraves à melhoria do bem-estar da população, em relação às metas estabelecidas pela Agenda 2030. O documento será apresentado na reunião de Alto Nível do Fórum Político das Nações Unidas²⁰⁶.
- De julho de 2024 a fevereiro de 2025, abre-se o calendário de risco de incêndios florestais nas seguintes áreas: Amazonas, a mesorregião Norte Amazonense; Ceará, a mesorregião Noroeste Cearense; e Pernambuco, a mesorregião Metropolitana de Recife²⁰⁷.
- Caso o Congresso derrube o veto presidencial imposto à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, as emendas impositivas terão que ser todas contratadas até o primeiro semestre do ano, antes do início do recesso parlamentar²⁰⁸.
- De julho de 2024 a fevereiro de 2025, abre-se o calendário de risco de incêndios florestais nas seguintes áreas: Amazonas, a mesorregião Norte Amazonense; Ceará, a

²⁰² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/eleicao-presidencial-na-venezuela-sera-realizada-em-28-de-julho>

²⁰³ <https://brazil.iom.int/pt-br/news/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes>

²⁰⁴ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17924/nota>

²⁰⁵ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/04/conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-retornara-em-2024-apos-sete-anos>

²⁰⁶ <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14114-ipea-inicia-a-elaboracao-do-relatorio-nacional-voluntario-sobre-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-agenda-2030?highlight=WzIwMjRd>

²⁰⁷ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/governo-define-calendario-de-areas-em-emergencia-ambiental-por-risco-de-incendios-florestais>

²⁰⁸ <https://www.camara.leg.br/noticias/1027778-congresso-aprova-lei-de-diretrizes-orcamentarias-de-2024>

mesorregião Noroeste Cearense; e Pernambuco, a mesorregião Metropolitana de Recife²⁰⁹.

Agosto

2

- Prazo para que os municípios com menos de 50 mil habitantes (de acordo com o habitantes no Censo 2010) construam seus aterros sanitários, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010)²¹⁰.

14

- Prazo para a conclusão da implementação das ações do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social, previsto pela Lei 14.724²¹¹. A medida que se espera mais efetiva é o uso mais ostensivo da telemedicina, seja para a concessão de atestados (Atestmed), para concessão do auxílio-doença, quanto também para a avaliação médica necessária para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiências permanentes. A expectativa é que a inovação tenha grande impacto na redução das filas para a concessão ou revisão de benefícios que hoje dependem de exame médico-pericial presencial²¹². O programa também prevê a análise de documentos em dias úteis após as 18 horas e em finais de semana e feriados²¹³.

15

- Prazo final para o registro de candidaturas às prefeituras e câmaras de vereadores junto à Justiça Eleitoral (prazo que se inicia em 20 de julho, quando podem ser realizadas as convenções partidárias para a escolha de candidaturas)²¹⁴.

²⁰⁹ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/governo-define-calendario-de-areas-em-emergencia-ambiental-por-risco-de-incendios-florestais>

²¹⁰ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

²¹¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/L14724.htm

²¹² <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/presidente-lula-sanciona-lei-que-autoriza-a-telepericia>

²¹³ <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/11/17/sancionada-a-lei-que-reduz-filas-na-previdencia-social>

²¹⁴ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/calendario-eleitoral-confirma-as-principais-datas-das-eleicoes-municipais-de-2024>

16

- Início da campanha eleitoral das campanhas municipais para prefeituras e câmaras de vereadores²¹⁵.

18

- Provas do Concurso Público Nacional Unificado são aplicadas em 228 cidades²¹⁶. Mais de 2,1 milhões de candidatas(os) concorrem a 6.640 vagas, em 21 órgãos da administração pública federal.²¹⁷

23

- Reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento com ministros do G20 (Rio de Janeiro).

24

- Reunião da Força Tarefa de Combate à Fome e Pobreza, com ministros do G-20 (Rio de Janeiro-RJ).

25

- Reunião do Grupo de Trabalho de Emprego com ministros do G-20 (dias 25 e 26, Fortaleza-CE). O Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil é o coordenador do grupo²¹⁸.
- Reunião de ministros da economia e presidentes do Banco Central do G-20 (dias 25 e 26, Rio de Janeiro-RJ).

30

- Início da propaganda em rádio e TV para as eleições municipais. A propaganda para municípios em primeiro turno ou turno único se encerra em 3 de outubro.

31

- Prazo final para o presidente da República encaminhar ao Congresso Nacional sua proposta de Lei Orçamentária Anual para 2025 e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo.

²¹⁵ <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/calendario-eleitoral-confirma-as-principais-datas-das-eleicoes-municipais-de-2024>

²¹⁶ <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/cidades-de-aplicacao-das-provas>

²¹⁷ <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/ministerio-da-gestao-define-nova-data-do-concurso-publico-nacional-unificado>

²¹⁸ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/emprego>

- Prazo final do *Desenrola Fies* para que beneficiários do programa de financiamento estudantil, em situação de inadimplência, solicitem a regularização de suas dívidas. Um milhão de estudantes estão endividados e podem negociar junto aos bancos o abatimento da dívida.²¹⁹

A longo do mês:

- Caixa começa a recrutar pessoas aprovadas em seu concurso, com mais de 4 mil vagas.²²⁰
- De agosto de 2024 a março de 2025, abre-se o calendário de risco de incêndios florestais nas seguintes áreas: Pernambuco, a mesorregião Mata Pernambucana. De setembro de 2024 a abril de 2025: Bahia, as mesorregiões: Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano e Sul Baiano; Pernambuco, a mesorregião Agreste Pernambucano; e Roraima²²¹.
- *O plenário do Supremo Tribunal Federal pode apreciar as alterações introduzidas no código ambiental do Rio Grande do Sul pela Lei 16.111/2024²²². A lei aboliu ou reduziu a amplitude da aplicação de regras ambientais, por exemplo, na construção de reservatórios dentro de áreas de preservação permanente. Isso hoje permite a supressão da vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente. A ação, impetrada pelo Partido Verde, aponta riscos causados pelo que considera retrocesso na proteção ambiental estadual, em violação às constituições estadual e federal.*

Setembro

3

- IBGE divulga dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (PIB). Período de referência: 4/2024 A 6/2024²²³.

²¹⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-05/prazo-do-desenrola-fies-e-prorrogado-para-31-de-agosto>

²²⁰ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/caixa-anuncia-concurso-com-mais-de-4-mil-vagas-para-todo-o-brasil>

²²¹ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/governo-define-calendario-de-areas-em-emergencia-ambiental-por-risco-de-incendios-florestais>

²²² <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=539237&ori=1>

²²³ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>

10

- Sessenta anos de criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (então Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada).
- Vinte anos da criação do Programa Universidade para Todos²²⁴.

12

- Reunião de ministros do Grupo de Trabalho de Agricultura do G20 (dias 12 e 13, Cuiabá-MT). Representam o Brasil no Grupo os ministérios da Agricultura e Pecuária (Mapa), do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).²²⁵

13

- Reunião de ministros do Grupo de Trabalho de Economia Digital (Maceió-AL). Representam o Brasil no grupo representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério das Comunicações (MCOM); Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM); Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)²²⁶.

17

- Reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central (dias 17 e 18)²²⁷.

19

- Reunião de ministros do Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação do G20 (Manaus - AM). O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é o coordenador do GT²²⁸.

21

- Reunião de ministros do Grupo de Trabalho de Turismo do G20. O Ministério do Turismo é o coordenador do GT (Belém-PA)²²⁹.

²²⁴ https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2004-2006/2004/Decreto/D5245.htm

²²⁵ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/agricultura>

²²⁶ <https://www.g20.org/pt-br/noticias/gt-de-economia-digital-apresenta-prioridades-para-sociedade-civil#>

²²⁷ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17924/nota>

²²⁸ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/pesquisa-e-inovacao>

²²⁹ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/turismo>

Ao longo do mês:

- A partir do final de setembro e, com maior intensidade, nos meses de outubro e novembro, o país sofre os maiores impactos do fenômeno La Niña. As estimativas são de um prolongamento da estiagem no Sul (ao contrário de 2023, quando o Estado foi afetado por fortes chuvas e inundações) e chuvas abundantes no extremo da região Norte, parte do Nordeste e Minas Gerais. O Pantanal e o estado do Amazonas têm prognósticos preocupantes de seca extrema. No Pantanal, dada a degradação do bioma e as consequências no nível extremamente baixo do Rio Paraguai. A região atravessará um período de seca extrema, acarretando uma degradação ainda maior e um risco elevado de incêndios e devastação em larga escala²³⁰. A Defesa Civil do Amazonas, por sua vez, emitiu alerta de que o período de estiagem no estado pode ser ainda mais severo que o registrado no ano passado²³¹.
- Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20 (Nova York, em data exata, em setembro, ainda a definir).
- A reforma do ensino médio deve voltar à discussão com a retomada do Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil do Senado²³². A Subcomissão deve votar o relatório até o final do mês²³³.
- Grupo de especialistas da ONU, o chamado Mecanismo Internacional Independente de Especialistas para Promover a Justiça Racial e a Igualdade no Contexto da Aplicação da Lei, apresentará relatório que aponta, de um lado, os crimes impunes perpetrados contra a população negra no Brasil e a efetividade ou não da aplicação de leis de proteção a essa população. Ao mesmo tempo, o documento deve enaltecer a importância das cotas raciais no funcionalismo público e da recriação do Ministério da Igualdade Racial²³⁴.

²³⁰ Nota Técnica nº 105/2024/SEI-CEMADEN, disponível em <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/fenomeno-la-nina-deve-substituir-el-nino-no-segundo-semester-de-2024/NotaTcnicaN105.2024.SEI.CEMADENLaNia.pdf/@@download/file>

²³¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/apos-chuva-no-rs-pais-se-prepara-para-seca-na-amazonia>

²³² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-12/votacao-do-relatorio-do-novo-ensino-medio-e-adiada-para-2024>

²³³ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/12/prorrogada-subcomissao-do-novo-ensino-medio-relatorio-sera-votado-em-2024>

²³⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-12/comitiva-da-ONU-aponta-impunidade-de-crimes-contranegros-no-Brasil>

- A Petrobrás apresenta o seu Plano Estratégico para o quinquênio 2024-2028. Estão previstos investimentos de até 102 bilhões de dólares, incremento de 31% em relação ao período anterior. A meta principal é iniciar a integração de fontes energéticas que permita uma transição energética "justa e responsável"²³⁵.

Outubro

3

- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática e Ambiental do G20 (Rio de Janeiro-RJ). O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima são os coordenadores do GT²³⁶.

4

- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho do G20 de Redução do Risco de Desastres (Brasília-DF). O Ministério de Desenvolvimento e Integração Regional é o coordenador do GT²³⁷.
- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho do G20 sobre Transições Energéticas (Foz do Iguaçu-PR). O Ministério de Minas e Energia é o coordenador do GT²³⁸.

6

- Primeiro turno das eleições municipais para prefeitos e vereadores²³⁹. Ao todo, o Brasil tem 152 milhões de eleitoras e eleitores. Pela primeira vez, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aplica a regulamentação do uso e busca punir abusos na utilização de recursos da inteligência artificial (IA) nas disputas eleitorais.

10

- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho do G20 sobre Empoderamento das Mulheres (Brasília-DF). O Ministério das Mulheres é coordenador do GT²⁴⁰.

²³⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/plano-estrategico-da-petrobras-preve-investimentos-de-us-102-bilhoes>

²³⁶ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/sustentabilidade-climatica-e-ambiental>

²³⁷ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/reducao-do-risco-de-desastres>

²³⁸ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/transicoes-energeticas>

²³⁹ <https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/falta-1-ano-para-as-eleicoes-2024-eleitor-deve-estar-em-situacao-regular-para-votar>

²⁴⁰ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/empoderamento-de-mulheres>

11

- Propaganda em rádio e TV nos municípios que eventualmente tenham eleição em segundo turno (dias 11 a 25).

14

- 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Tema: *Biomass do Brasil, diversidade, saberes e tecnologias sociais* (dias 14 a 20). A Semana é o maior evento de divulgação científica do país e tem foco no público de crianças e jovens²⁴¹.

15

- Vinte anos da Política Nacional de Assistência Social (Resolução nº 145, do Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de outubro de 2004 dou 26/10/2004)²⁴².

18

- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho do G20 sobre Salvador (BA). O Ministério da Cultura é o coordenador do grupo²⁴³.

20

- O Ministério da Fazenda prevê concluir até esta data a consulta pública que vai uniformizar definições sobre atividades sustentáveis, na chamada Taxonomia Sustentável Brasileira. O objetivo é estabelecer um vocabulário comum sobre atividades sustentáveis, combatendo o *greenwashing* (práticas supostamente ecológicas que mascaram outros interesses) e orientando investidores, agências reguladoras e governo. As novas regras se tornarão obrigatórias a partir de janeiro de 2026 para evitar fraudes na concessão de incentivos e promover investimentos em práticas realmente sustentáveis, com critérios de transparência. A consulta pública propõe 11 objetivos, sendo sete ambientais e climáticos e quatro sociais, que incluem desde mitigação da mudança climática até geração de trabalho decente e redução de

²⁴¹ <https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/fevereiro/tema-da-21a-semana-nacional-de-ciencia-e-tecnologia-sera-201cbiomas-do-brasil-diversidade-saberes-e-tecnologias-sociais201d>

²⁴²

https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf

²⁴³ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/cultura>

desigualdades sociais. As empresas terão um ano para adaptação após a publicação das regras, a partir de novembro de 2024²⁴⁴.

23

- Reunião Conjunta de Mudança do Clima e Ministros das Finanças do G20 (dias 23 a 25, Washington, Estados Unidos). A reunião é coordenada pelo Ministério da Fazenda e Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

24

- Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos do G20 (Brasília-DF). Os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços são coordenadores do GT²⁴⁵.
- Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (Salvador-BA). A Controladoria-Geral da União é a coordenadora do grupo²⁴⁶.
- Reunião do Ministerial de Finanças e Bancos Centrais do G20.

27

- Segundo turno das eleições municipais para prefeitos em municípios com mais de 200 mil eleitores e sem que nenhum candidato tenha alcançado a maioria absoluta de votos, ou seja, metade mais um dos votos válidos (total de votos menos os votos em branco e os votos nulos)²⁴⁷.
- Prazo final para a conclusão das atividades do Grupo de Trabalho de Revisão de Gastos Federais, criado em setembro de 2023. O plano de trabalho do Grupo envolve:
 - i) "elaboração de inventário de falhas de desenho e execução já identificadas em avaliações governamentais, com eventuais estimativas de economia via melhoria da qualidade do gasto";
 - ii) "submissão do inventário à Junta de Execução Orçamentária (JEO) para conhecimento e providências cabíveis";
 - iii) "articulação com os gestores responsáveis"²⁴⁸.

²⁴⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-09/governo-quer-padronizar-regras-para-atividades-economicas-sustentaveis>

²⁴⁵ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/comercio-e-investimentos>

²⁴⁶ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/anticorruptao>

²⁴⁷ <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/quando-afinal-ha-segundo-turno-em-uma-eleicao>

²⁴⁸ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/mpo-n-253-de-12-de-setembro-de-2023-509421037>

30

- Reunião do Grupo de Trabalho de Educação do G20 (dias 30 e 31, Fortaleza-CE). O Ministério da Educação é o coordenador do grupo²⁴⁹.

31

- Reunião Ministerial Conjunta Finanças e Saúde do G20 (Rio de Janeiro-RJ). A reunião é coordenada pelo Ministério da Fazenda e Ministério da Saúde do Brasil.
- Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde do G20 (Rio de Janeiro-RJ). O Ministério da Saúde é coordenador do GT²⁵⁰.

Ao longo do mês:

- O início da temporada de chuvas traz de volta a sazonalidade do risco de epidemia de dengue. Em geral, esse período vai de outubro do ano corrente a maio do ano seguinte.

Novembro

3

- Provas do Enem 2024 ocorrem nos dias 3 e 10 de novembro²⁵¹.

5

- Reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central (dias 5 e 6)²⁵².

11

- 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-29) (dias 11 a 22, no Azerbaijão).

15

- Cúpula Social do G20 (dias 15 a 17, Rio de Janeiro-RJ). A Cúpula é coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

²⁴⁹ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/educacao>

²⁵⁰ <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/saude>

²⁵¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/provas-do-enem-2024-serao-em-3-e-10-de-novembro-confira-o-cronograma>

²⁵² <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17924/nota>

18

- 19ª Cúpula de chefes de Estado e governo do G20 (dias 18 e 19, no Rio de Janeiro-RJ). Espera-se que nesse momento a agenda de discussões e acordos se transforme em resoluções conjuntas. A prioridade do Brasil são as questões do combate à fome, à pobreza e à desigualdade; desenvolvimento sustentável; e reforma da governança global²⁵³.

19

- Dia Nacional de Combate à Dengue. Desde 2010 (Lei nº 12.235/2010²⁵⁴), o dia 19 de novembro é instituído como Dia D de combate à doença, com campanhas de conscientização e mobilização de agentes sanitários para erradicar possíveis focos do mosquito transmissor. Uma nova epidemia de dengue no mesmo ano pode elevar a incidência de casos graves, tendo em vista os recordes de contaminação havidos no início do ano, pelo fato de que uma segunda contaminação torna mais propícia a chance de se evoluir para quadros mais agudos da doença. *Especial preocupação também há quanto aos riscos de que municípios gaúchos afetados pelas enchentes de maio, caso não consigam remover a contento o entulho decorrente do desastre, sejam afetados pela epidemia em níveis muito maiores que em anos anteriores. As taxas de incidência e de óbitos, contabilizadas até abril deste ano, no Sul (assim como em outras regiões do país), já superava as de 2023 e de 2022 (que era o recorde até então)*²⁵⁵.

29

- Vinte anos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado²⁵⁶.

30

- Data de encerramento do mandato do Brasil na presidência rotativa do G20.

²⁵³ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/brasil-na-presidencia-do-g20-prioridades-e-desafios-para-a-cooperacao-internacional>

²⁵⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12235.htm

²⁵⁵ <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202404/18102525-nota-07-2024-perfil-obitos-dengue-rs.pdf>

²⁵⁶ https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Atos2004-2006/2004/Decreto/D5288.htm

Dezembro

3

- IBGE divulga dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (PIB). Período de referência: 7/2024 a 9/2024²⁵⁷.

10

- Reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central (dias 10 e 11)²⁵⁸.
Espera-se que, até o final do ano, a taxa referencial Selic caia para algo em torno de 9,25% ao ano²⁵⁹.

23

- O Ministério da Educação fará o depósito do programa Pé-de-Meia para estudantes do último ano do ensino médio que se inscreverem para o Exame Nacional do Ensino Médio. É o chamado Incentivo-Enem, no valor de R\$ 200. A quantia é depositada em conta-poupança criada pelo Ministério para cada estudante junto à Caixa Econômica Federal. Ao longo do ano, o pagamento dos incentivos pode chegar a R\$ 3 mil por estudante²⁶⁰.

30

- Vinte anos de criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI²⁶¹.

31

- Encerra-se o mandato do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto²⁶².
- Prazo final de vigência da Lei Paulo Gustavo, conforme a Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2023²⁶³.

²⁵⁷ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>

²⁵⁸ <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17924/nota>

²⁵⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/mercado-reduz-previsao-da-inflacao-de-463-para-459-este-ano>

²⁶⁰ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/o-que-o-estudante-deve-providenciar-para-o-pe-de-meia>

²⁶¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L11080.htm

²⁶² <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/11/17/presidente-do-banco-central-fica-no-cargo-ate-2024-mesmo-com-vitoria-de-lula>

²⁶³ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2023/leicomplementar-202-15-dezembro-2023-795074-norma-pl.html>

- Prazo dado final de vigência do estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul dado pelo Decreto Legislativo 236/2024²⁶⁴.
- Prazo final para a entrega da proposta de regulamentação do novo padrão de televisão digital no país, a chamada TV 3.0. A nova tecnologia, prevista para entrar em operação em 2025, tem qualidade superior de som e imagem em relação à atual tv digital e permite interação com a programação, permitindo a integração com o comércio eletrônico²⁶⁵.
- Os órgãos e entidades da administração pública têm até esta data para elaborar ou ajustar seus planos de logística ao modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável²⁶⁶. Esses planos orientam a estratégia de compras públicas, com critérios de sustentabilidade ambiental, tratamento diferenciado e simplificado à microempresa ou empresa de pequeno porte, estímulo à competitividade nos certames, desburocratização, participação social, uso de linguagem simples e de tecnologias acessíveis, e transparência processual²⁶⁷.
- Prazo final estimado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania para a implementação das medidas mais importantes do Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua²⁶⁸.
- Até o final do ano, o Exército deve promover a migração do controle de armas que constam nos registros de posse dos colecionadores, atiradores desportivo e caçadores (CACs)²⁶⁹.

²⁶⁴ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/163344>

²⁶⁵ <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/julho/criado-grupo-de-trabalho-para-propor-regulamentacao-da-tv-3.0>

²⁶⁶ Portaria nº 5.376/2023, <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-mgi-no-5376-de-14-de-setembro-de-2023>

²⁶⁷ Portaria Seges/ME nº 8.678/2021: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-8-678-de-19-de-julho-de-2021>

²⁶⁸ https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoes_populacao_de_rua1.pdf

²⁶⁹ Boletim do Exército nº 50/2023: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/copiar.php?codarquivo=3611&act=bre